

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA (Do Sr. Fernando Ferro)

Requeiro nos termos regimentais que sejam convidados os titulares das seguintes instituições: ELETRONORTE e MAB bem como o Dr. Célio Berman – especialista da USP e Ministério Público - para comparecerem a esta Comissão com o fim de debaterem as prováveis consequências e propostas de superação dos impactos sócio ambientais do Projeto de construção da Usina Hidroelétrica de Belo Monte.

Sr. Presidente,

Nos termos regimentais, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados os expositores acima citados para comparecerem a esta Comissão em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor com o fim de debaterem as prováveis consequências e propostas de superação dos impactos sócio ambientais do Projeto de construção da Usina Hidroelétrica de Belo Monte.

JUSTIFICAÇÃO

A exposição sobre o projeto e construção da Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, no Estado do Pará realizada nesta Comissão semana passada, revelou uma profunda divergência entre as questões relativas aos impactos socio-econômicos do projeto e seus ganhos em termos de geração de energia.

Por outro lado a questão relativa ao meio ambiente e às populações residentes nos ecossistemas que serão inundados suscitaram grandes dúvidas gerando o envolvimento do Ministério Público do Estado que suspendeu as obras do Projeto.

Estudiosos da questão vem alegando que a “Bacia Hidrográfica do Rio Xingú está correndo o risco de se tornar uma jazida de megavates cara e inútil, social e ambientalmente insustentável. Praticamente 2/3 (63,6%) do potencial hidrelétrico brasileiro encontra-se localizado na Região Amazônica, principalmente nos rios Tocantins, Araguaia, Xingú e Tapajós. As consequências sociais e ambientais da possibilidade de implantação dos empreendimentos hidrelétricos previstos na região, envolvendo questões como as relacionadas com reservatórios em terras indígenas ou a manutenção da biodiversidade, exigem atenção e cuidados que não estão sendo considerados.”

Em decorrência das apreensões acima expostas, julgo fundamental trazermos a esta Comissão em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, especialistas, bem como representante do Ministério Público para debaterem o assunto agora sob outra ótica.

Fernando Ferro
PT/PE